

EDP – Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(em milhares de reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.034	104.415	56.220	111.421	Fornecedores	17	246.004	256.606	260.320	273.777
Consumidores e concessionárias	6	262.863	328.920	270.803	334.556	Empréstimos e financiamentos	19	689.270	333.939	689.270	333.939
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	28.214	14.377	28.217	14.379	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	1		620	571
Outros tributos compensáveis	7	13.061	8.545	13.452	8.779	Outros tributos a recolher	7	17.416	16.360	18.939	17.203
PIS e COFINS diferidos	8	80.332	114.636	80.332	114.636	PIS e COFINS diferidos	8	96.675	133.579	98.247	133.579
Empréstimos a receber	9		8.824			Dividendos	18	35.378	13.242	35.378	13.242
Dividendos a receber	18	1.452				Provisões	20		2.770		3.449
Cauções e depósitos vinculados	12	1.743	1.741	1.746	1.744	Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	868.458	1.239.305	868.458	1.239.305
Ativos da concessão	13			43.075	37.969	Outras contas a pagar	11	2.581	2.631	5.056	9.434
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	1.045.130	1.444.097	1.045.130	1.444.097	Total do Passivo Circulante		1.955.783	1.995.662	1.979.058	2.024.499
Outros créditos	11	67	744	762	1.066	Não circulante					
Total do Ativo Circulante		1.478.896	2.026.299	1.539.737	2.068.647	Empréstimos e financiamentos	19	59.490	355.711	59.490	355.711
Não circulante						PIS e COFINS diferidos	8	74.756	78.834	106.400	97.837
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	2.237	39.776	2.237	39.776	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	87.283	94.179	115.313	110.230
Outros tributos compensáveis	7	36.411	36.410	37.861	36.410	Provisões	20	1.177	1.178	4.035	1.868
PIS e COFINS diferidos	8	59.885	61.295	59.885	61.295	Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	647.407	662.644	647.407	662.644
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.4	220.000	145.206			Outras contas a pagar	11	3.644	2.656	5.282	3.702
Cauções e depósitos vinculados	12	11.221	10.568	24.044	22.725	Total do Passivo Não circulante		873.757	1.195.202	937.927	1.231.992
Ativos da concessão	13			866.976	482.636	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	806.135	850.537	806.135	850.537	Capital social	21.1	221.679	221.679	221.679	221.679
Outros créditos	11	987	990	986	992	Reservas de lucros	21.3	277.166	167.339	277.166	167.339
		1.136.876	1.144.782	1.798.124	1.494.371	Total do Patrimônio líquido		498.845	389.018	498.845	389.018
Investimentos	14.1	697.372	391.288	1.498	1.497						
Imobilizado	15	1.750	5.119	1.970	5.355						
Intangível	16	13.491	12.394	74.501	75.639						
		712.613	408.801	77.969	82.491						
Total do Ativo Não circulante		1.849.489	1.553.583	1.876.093	1.576.862	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO		3.328.385	3.579.882	3.415.830	3.645.509		3.328.385	3.579.882	3.415.830	3.645.509	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	246.004	256.606	260.320	273.777
Empréstimos e financiamentos	19	689.270	333.939	689.270	333.939
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	1		620	571
Outros tributos a recolher	7	17.416	16.360	18.939	17.203
PIS e COFINS diferidos	8	96.675	133.579	98.247	133.579
Dividendos	18	35.378	13.242	35.378	13.242
Provisões	20			2.770	3.449
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	868.458	1.239.305	868.458	1.239.305
Outras contas a pagar	11	2.581	2.631	5.056	9.434
Total do Passivo Circulante		1.955.783	1.995.662	1.979.058	2.024.499
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	59.490	355.711	59.490	355.711
PIS e COFINS diferidos	8	74.756	78.834	106.400	97.837
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	87.283	94.179	115.313	110.230
Provisões	20	1.177	1.178	4.035	1.868
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	647.407	662.644	647.407	662.644
Outras contas a pagar	11	3.644	2.656	5.282	3.702
Total do Passivo Não circulante		873.757	1.195.202	937.927	1.231.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.1	221.679	221.679	221.679	221.679
Reservas de lucros	21.3	277.166	167.339	277.166	167.339
Total do Patrimônio líquido		498.845	389.018	498.845	389.018
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.328.385	3.579.882	3.415.830	3.645.509
Fonte: das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		162.103	66.816	176.552	75.229
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		(3.834)	1.808	(4.288)	1.486
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		158	161	158	161
Remuneração dos Ativos da concessão				(71.197)	(43.874)
Margem na construção				(12.339)	29.703
Reajuste Anual				(11.952)	(8.502)
Depreciações e amortizações		1.852	3.178	5.438	4.600
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber		(690)	(1.083)		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		90.853	89.027	90.622	88.943
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		246	337	961	454
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				508	359
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo		57.285	(19.200)	57.285	(19.200)
Resultado de participações societárias		(98.330)	(18.621)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(4.184)	(5.484)	(4.184)	(5.498)
Outros		(650)	(688)	(1.472)	(1.272)
		204.809	116.251	226.092	122.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	221.679	127.138	-	348.817
Lucro líquido do exercício			55.754	55.754
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		2.788	(2.788)	-
Reserva de retenção de lucros		37.413	(37.413)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 22/12/2022			(15.409)	(15.409)
Dividendos complementares obrigatórios			(144)	(144)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	221.679	167.339	-	389.018
Capital social	221.679	167.339	-	389.018
Saldos em 31 de dezembro de 2022	221.679	167.339	-	389.018
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2023		(37.413)		(37.413)
Reversão de dividendos - AGE de 27/12/2023		37.558		37.558
Lucro líquido do exercício			148.960	148.960
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		7.448	(7.448)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 22/12/2023			(25.999)	(25.999)
Dividendos complementares obrigatórios			(13.279)	(13.279)
Dividendos adicionais propostos			(102.234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	221.679	277.166	-	498.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou EDP Trading), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação, a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras companhias como sócia.
A controlada EDP Transmissão Norte S.A. encontra-se em fase pré-operacional de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de setembro de 2026, conforme contrato de concessão.
A Companhia possui as seguintes participações em Controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2023	31/12/2022
Transmissão			Direta	
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	100,00	100,00

2 Controladas - Concessão de Transmissão
Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.
O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior menor de que 230kV.
A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).
Em 31 de dezembro de 2023 as Controladas da Companhia possuem o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresas	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
Em fase de construção								
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

3 Base de preparação
3.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas Controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e sua controlada possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das Controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia e suas Controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
3.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas Controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
3.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1.
3.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas Controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Ativos da Concessão (Nota 13); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 20.1); Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28.1.2.1).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é de suas Controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas Controladas (Nota 14).
A Companhia controla a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Transmissão Norte e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras. Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas Controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:
• Eliminação do investimento da Controladora na suas Controladas diretas;
• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas Controladas;
• As datas das demonstrações financeiras das Controladas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
• Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.7 Redução ao valor recuperável
A Administração da Companhia e de suas Controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas Controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Aditamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 31 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 28/ IFRS 3/ IAS 15/ IAS 16/ IAS 19/ IFRS 1/ IFRS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos de CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativo no exercício

4.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2023, a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES	Jul/23	nov/35	75.000	IPCA + 5,93% a.a.	Implantação da linha de Transmissão do Lote O
Cédula de Câmbio MUGF	nov/23	mar/24	25.000	CDI + 1,25% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida

Para maiores informações, vide nota 19.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos nas transmissoras

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A controlada EDP Transmissão Litoral Sul precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entrará em vigor em julho de 2023.
DSP nº 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração de RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022.	Pleito da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REN nº 3.216 (Nota 4.3).

4.3 Transmissoras - Reajustes tarifários

Os Contratos de Concessão estabelecem que as Controladas, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.
A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Transmissão Litoral Sul, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.
Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REN nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a controlada.

EDP Transmissão Litoral Sul	RAP 2023 REN nº 3.216 63.173	RAP 2022 REN nº 3.067 60.781
-----------------------------	--	--

4.4 Conclusão dos reforços em transmissão

Conclusão da instalação do 2º transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizativa nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023) na controlada EDP Transmissão Litoral Sul.

4.5 Reestruturação societária

Em 14 de março de 2023 a Companhia efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 S.A. para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil e o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento		4.776	2.608	7.240	3.206
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	4.093	12.029	6.542	14.069
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	37.165	89.780	42.438	94.146
		41.258	101.809	48.980	108.215
Total		46.034	104.415	56.220	111.421

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas à taxa de 101,00% do CDI da Companhia e, das Controladas, à taxas de 100,50% do CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa variam entre 85,00% e 95,00% do CDI da Companhia e, das Controladas, a taxas de 85,00% do CDI.

6 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

		Controladora				
		Valores Correntes				
		A vencer	Vencidas			
		Até 60 dias	De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 6.2)	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
	Nota					
Consumidores						
Cientes livres	6.1	69.514	3.140	(3.140)	69.514	94.666
		69.514	3.140	(3.140)	69.514	94.666
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	6.1	192.790	421	(421)	192.790	231.947
Energia de curto prazo		557			557	2.307
		193.347	421	(421)	193.347	234.254
Cientes						
Outros clientes		2	3	(3)	2	-
		2	3	(3)	2	-
Total Circulante		262.863	3.564	(3.564)	262.863	328.920

		Consolidado				
		Valores Correntes				
		A vencer	Vencidas			
		Até 60 dias	De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 6.2)	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
	Nota					
Consumidores						
Cientes livres	6.1	69.514	3.140	(3.140)	69.514	94.666
		69.514	3.140	(3.140)	69.514	94.666
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	6.1	192.790	421	(421)	192.790	231.947
Energia de curto prazo		557			557	2.307
Encargos de uso da rede elétrica		7.940			7.940	5.636
		201.287	421	(421)	201.287	239.890
Cientes						
Outros clientes		2	3	(3)	2	-
		2	3	(3)	2	-
Total Circulante		270.803	3.564	(3.564)	270.803	334.556

6.1 Suprimento de Energia Elétrica e Clientes livres

A variação do saldo, refere-se substancialmente, à redução dos contratos de comercialização de energia decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares baixos durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e níveis de reservatórios elevados

6.2 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Companhia, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela COEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se materiais e controláveis.

As Controladas não apresentam histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela EDP - Energias do Brasil e, portanto, não constitui perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

		Controladora e Consolidado				
		Saldo em 31/12/2022	Revisão de risco PECLD	Saldo em 31/12/2023		
Consumidores						
Cientes livres			(3.010)	(130)		(3.140)
			(3.010)	(130)		(3.140)
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica			(397)	(24)		(421)
Cientes				(3)		(3)
Total Circulante			(3.407)	(157)		(3.564)

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.3.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

		Controladora							
		Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023	
	Nota								
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	54.153		3.621	15.360	(23.650)	(19.033)	30.451	
Total		54.153	-	3.621	15.360	(23.650)	(19.033)	30.451	
Circulante		14.379						28.214	
Não circulante		39.776						2.237	
Outros tributos compensáveis									
ICMS		1.166			15		1	1.182	
PIS e COFINS		42.990	288.419	567			(284.808)	47.168	
IRRF sobre aplicações financeiras		695	1.972				(1.654)	1.013	
IR/CS retidos sobre faturamento		104	32				(27)	109	
Total		44.955	290.423	567	15	-	(286.488)	49.472	
Circulante		79	332					58	
Não circulante		36.410						36.411	
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	21.473		(759)		(20.713)	1	
Total Circulante		-	21.473	-	(759)	-	(20.713)	1	
Outros tributos a recolher									
ICMS		13.823	145.573	4	(148.066)			11.334	
PIS e COFINS		-	308.128			(21.339)	(284.806)	1.983	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.311	3.900		(352)	(2.311)	(1)	3.900	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		136	1.282		(1.276)		(1)	141	
Encargos com pessoal		11			(11)			-	
Outros		11						-	
Total Circulante		16.360	459.215	4	(149.705)	(23.650)	(284.808)	17.416	

		Complementos						Valor
	Nota	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	54.155		3.621	15.360	(23.650)	(19.032)	30.454
Total		54.155	-	3.621	15.360	(23.650)	(19.032)	30.454
Circulante		14.379						28.217
Não circulante		39.776						2.237
Outros tributos compensáveis								
ICMS		1.175	242		7.939		(6.509)	2.847
PIS e COFINS	7.2	43.001	288.435	567			(284.825)	47.178
IRRF sobre aplicações financeiras		871	2.434				(2.160)	1.145
IR/CS retidos sobre faturamento		104	49				(43)	110
Outros		38	224	4		(255)	22	33
Total		45.189	291.384	571	7.939	(255)	(293.515)	51.313
Circulante		8.779						13.452
Não circulante		36.410						37.861
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	571	23.943			(2.658)		(21.236)	620
Total Circulante	571	23.943		-	(2.658)	-	(21.236)	620
Outros tributos a recolher								
ICMS		13.895	167.762	4	(163.584)		(6.510)	11.567
PIS e COFINS		169	310.252		(2.094)	(21.339)	(284.821)	2.167
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		313	5.018		(4.950)		21	402
IRRF sobre juros s/ capital próprio		2.311	3.900			(2.311)		3.900
Encargos com pessoal		500	7.720	4	(7.069)	(255)	(1)	903
Outros		11			(11)			
Total Circulante		17.203	494.652	8	(177.708)	(23.905)	(291.311)	18.939

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia e das Controladas elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, A Companhia e as Controladas

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar (Nota 18), Empréstimos a receber do exercício de 2022 e Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9.4), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Consumidores e concessionárias (Nota 6)

Venda de Energia Elétrica

Enerpeixe

Lajeado

São Manoel

Cachoeira Caldeirão

Energest

Porto do Pecém

EDP Smart Energia

Central Eólica Baixa do Feijão I

Central Eólica Baixa do Feijão II

Central Eólica Baixa do Feijão III

Central Eólica Baixa do Feijão IV

Central Eólica Jaú

Central Eólica Aventura I

Central Eólica Srmm I

Central Eólica Srmm IV

Relacionamento

Duração

Controle comum

Controle comum

Controlada em conjunto

Controlada em conjunto

Controle comum

Coligada (*)

Controle comum

Parte Relacionada

Controle comum (**)

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

43.755

92.316

-

-

-

-

-

-

581.817

775.791

3.995

22.662

72.591

37.225

1.234

2.725

19.101

323.801

539.285

44

21

51

13

49

20

21

20

73

50

40

2.030

1.652

Fornecedores (Nota 17)

Suprimento de energia elétrica

Energest

Lajeado

Enerpeixe

Central Eólica Baixa do Feijão I

Central Eólica Baixa do Feijão II

Central Eólica Baixa do Feijão III

Central Eólica Aventura I

Central Eólica Aventura II

Central Eólica Aventura III

Central Eólica Aventura IV

Central Eólica Aventura V

São Manoel

Porto do Pecém

EDP Smart Energia

Central Eólica Pereira Barreto I

Central Eólica Pereira Barreto II

Central Eólica Pereira Barreto III

Central Eólica Pereira Barreto IV

Central Eólica Srmm I

EDP São Paulo

EDP Espírito Santo

Controle comum (**)

Controle comum

Controle Comum

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

24/01/2018 a indeterminado

24/01/2018 a indeterminado

24/01/2018 a indeterminado

24/01/2018 a indeterminado

24/01/2018 a indeterminado

01/10/2021 a 31/12/2021

01/10/2021 a 31/12/2021

01/10/2021 a 31/12/2021

01/05/2018 a 31/12/2038

Coligada (*)

Controle comum

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Parte Relacionada

Controle comum

Controle comum

42.684

-

-

-

36.710

62.043

-

-

(468.768)

(1.071.820)

4.004

17.445

12.015

9.645

15.570

10.324

2.497

2.940

1.220

1.782

4.189

4.355

122

122

1.886

1.597

1.786

1.597

1.806

1.615

1.806

1.615

588

445

588

445

(12.125)

(6.922)

(5.153)

(5.244)

(49.092)

(43.797)

(259.856)

(34.078)

(11.195)

(19.228)

(13.262)

(18.470)

(19.695)

(17.605)

(18.425)

(17.712)

(17.146)

(11.203)

(18.169)

(85.990)

(2.476)

557.386

(6.199)

(225.121)

6.454

7.605

3.835

(4.712)

(2.664)

36.809

36.809

9.691

(13.181)

9.687

(14.735)

6.458

(9.824)

(165.325)

(349.034)

Outros créditos e Outras contas a pagar

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)

EDP - Energias do Brasil

Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)

EDP - Energias do Brasil

EDP São Paulo

Opções de ações outorgadas da controladora

EDP - Energias do Brasil

Prestação de serviços (c)

Porto do Pecém

Investco

CEJA

Cachoeira Caldeirão

Enerpeixe

Energest

EDP Smart Serviços

São Manoel

EDP Transmissão SP-MG

EDP Transmissão Aliança

Elebrás

Cenaael

Central Eólica Baixa do Feijão I

Central Eólica Baixa do Feijão II

Central Eólica Baixa do Feijão III

Central Eólica Baixa do Feijão IV

Central Eólica Jaú

Central Eólica Aventura I

Central Eólica Aventura II

Central Eólica Aventura III

Central Eólica Aventura IV

Central Eólica Aventura V

Central Eólica Srmm I

Central Eólica Srmm II

Central Eólica Srmm III

Central Eólica Srmm IV

Central Eólica Srmm V

Central Eólica Pereira Barreto I

Central Eólica Pereira Barreto II

Central Eólica Pereira Barreto III

Central Eólica Pereira Barreto IV

Central Eólica Pereira Barreto V

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

Controladora

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivo	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	145.206
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Litoral Sul	(32.000)
AFACs realizados no exercício - EDP Transmissão Norte	220.000
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Norte	(113.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	220.000
Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo as controladas assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.	

10 Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis à todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. A Companhia alterou o posicionamento para a comercialização dos contratos de compra e venda de energia no que diz respeito aos agentes em atendimento, sendo até 2019 substancialmente dentro do Grupo - EDP - Energias do Brasil e, a partir de 2020, tendo o objetivo também de comercializar com outros agentes. Em 2020, a Companhia identificou e julgou que ocorreram mudanças relevantes no mercado de energia, assim como alterações em sua própria metodologia de risco e estratégia na intermediação comercial entre geradoras e clientes finais.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro.

Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MIM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as seguintes premissas:

(i) sensibilidade do PLD (curva *foward*), para alocação em todo o portfólio de operações de compra e venda de energia segregadas por período de contratação;

(ii) Exposição a diferença de preços entre submercados;

(iii) Direito dos clientes de flexibilizar entre 90% e 110% da energia contratada; e

(iv) Utilização da metodologia VaR (*Value at Risk*) para a gestão de exposição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o resultado líquido no montante de R\$51.985 (Em 31 de dezembro 2022, o impacto foi positivo totalizando R\$17.392), registrado no resultado do exercício de 2023 (Nota 24).

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	AVP	Adição	Efeito exposição	Contrato encerrado	Parcela realizada
Compromissos futuros	392.684	32.283	25.696	153.790	(54.235)	(214.818)
PIS/COFINS Diferidos	(36.481)	(2.966)	(2.377)	(14.226)	5.017	19.871
Total	356.203	29.297	23.319	139.564	(49.218)	(194.947)
Ativo	2.294.634					1.851.265
Passivo	1.901.949					1.515.865
	392.685					335.400
Ativo - Tributos diferidos	175.931					140.217
Passivo - Tributos diferidos	212.413					171.399
	(36.482)					(31.182)

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					177	145		
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		987	987			986	987
Outros		67	744		3	585	921	5
Total		67	744	987	762	1.066	986	992
Outras contas a pagar - Passivo								
Credores diversos - consumidores e concessionárias		392	734		392	734		
Folha de pagamento		155	170		235	257		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			1.428	1.222		1.701	1.519
Arrendamentos e alugueis		368	200	1.520	759	419	255	895
Parcela de ajuste	11.2				1.416	5.562	877	487
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	1.666	1.526		2.345	2.449		
Outros			1	696	648	249	177	1.019
Total		2.581	2.631	3.644	2.656	5.056	9.434	3.702

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Parcela de Ajuste - Transmissão

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.416 (R\$5.562 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$877 (R\$487 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023 na controlada EDP Transmissão Litoral Sul, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita das controladas, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.3).

12 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	20.1	10.566	16		637	11.219
Outros cauções		1.743	1.545	212	(1.755)	1.745
Total		12.309	1.561	849	(1.755)	12.964
Circulante		1.741				1.743
Não circulante		10.568				11.221
	Consolidado					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa
Depósitos judiciais	20.1	22.714	1.181	1.894	(1.666)	(90)
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		3				
Outros cauções		1.752	1.545	212	(1.755)	1.754
Total		24.469	2.726	2.106	(3.421)	(90)
Circulante		1.744				1.746
Não circulante		22.725				24.044

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão das Controladas.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

As Controladas são remuneradas por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, as Controladas se enquadram no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as Controladas reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as Controladas ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 22 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As Controladas consideram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 28.2.3.

A movimentação das Controladas no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Remuneração	Consolidado	Reajuste tarifário	Margem na construção	Valor líquido em 31/12/2023
	(Notas 22 e 23)	(Nota 22)	RAP	(Nota 4.3)	(Nota 22)	PIS/COFINS	em 31/12/2023
Ativos da concessão	520.605	315.786	73.895 (37.879)	12.405	12.405	12.900	910.051
	520.605	315.786	73.895 (37.879)	12.405	12.339	12.900	910.051
Circulante	37.969						43.075
Não circulante	482.636						866.976

Do saldo total de R\$910.051 em 31 de dezembro de 2023, R\$418.619 (R\$373.784 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 99,37% do investimento previsto para o projeto (97,30% em 31 de dezembro de 2022), da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, e para a controlada EDP Transmissão Norte o valor de R\$491.432 (R\$146.821 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 53,70% do investimento previsto para o projeto (26,90% em 31 de dezembro de 2022), ambos acrescidos de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o investimento na EDP Transmissão Litoral Sul e na EDP Transmissão Norte, das quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação poderá cessar a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle das investidas.

14.1 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Equivalência Patrimonial	Dividendos / JSCP	Saldo em 31/12/2023	% Participação direta
						31/12/2023 31/12/2022
Investimentos						
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)	1.498			1.498		
EDP Transmissão Litoral Sul	308.508	32.000	92.688	(25.000)	408.196	100,00
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento)	62.520		(2.660)		59.860	
EDP Transmissão Norte	18.762	202.206	8.302	(1.452)	227.818	100,00
Total	391.288	234.206	98.330	(26.452)	697.372	

(*) Refere-se ao montante de 2.514 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

14.2 Participação direta do investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Norte
	31/12/2023 31/12/2022	31/12/2023 31/12/2022
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	75.000	75.000
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	100	100
Capital votante	100	100
Ativos totais	443.199	394.603
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	35.002	86.094
Patrimônio líquido	408.197	308.509
Receitas	106.515	117.326
Lucro líquido do exercício	92.688	22.023

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Norte
	31/12/2023 31/12/2022	31/12/2023 31/12/2022
Patrimônio líquido - Saldo inicial	308.508	103.485
Aumento de capital	32.000	183.000
Distribuição de dividendos aos acionistas	(25.000)	(1.452)
Lucro líquido do exercício	92.688	22.023
Patrimônio líquido - Saldo final	408.196	308.508
Percentual de participação societária - %	100%	100%
Participação nos investimentos	408.196	308.508
Valor Justo do Investimento	59.860	62.520
Outros investimentos	1.498	1.498
Saldo contábil do investimento na Controladora	469.554	372.526

15 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

15.1 Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	31/12/2023 Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	31/12/2022 Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67	(48)	19	3,33	2.325	(128)	2.197
Máquinas e equipamentos	13,78	776	(657)	119	10,92	2.832	(914)	1.918
Veículos	14,29	183	(183)	-	14,29	183	(183)	-
Móveis e utensílios	6,25	322	(266)	56	6,25	623	(279)	344
Total do imobilizado em serviço		1.348	(1.154)	194		5.963	(1.504)	4.459
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,85	1.564	(296)	1.268	5,99	473	(185)	288
Veículos	20,34	466	(224)	242	20,34	466	(140)	326
Total Ativos de direito de uso		2.030	(520)	1.510		939	(325)	614
Imobilizado em curso								
Administração		46		46		46		46
Total do imobilizado em curso		46	-	46		46	-	46
Total imobilizado		3.424	(1.674)	1.750		6.948	(1.829)	5.119

	Controladora				Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	31/12/2023 Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	31/12/2022 Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67	(48)	19	3,33	2.325	(128)	2.197
Máquinas e equipamentos	13,78	776	(657)	119	10,92	2.832	(914)	1.918
Veículos	14,29	183	(183)	-	14,29	183	(183)	-
Móveis e utensílios	6,25	322	(266)	56	6,25	623	(279)	344
Total do imobilizado em serviço		1.348	(1.154)	194		5.963	(1.504)	4.459
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,99	1.907	(419)	1.488	5,50	747	(223)	524
Veículos	9,52	996	(754)	242	12,71	996	(670)	326
Total Ativos de direito de uso		2.903	(1.173)	1.730		1.743	(893)	850
Imobilizado em curso								
Administração		46		46		46		46
Total do imobilizado em curso		46	-	46		46	-	46
Total imobilizado		4.297	(2.327)	1.970		7.752	(2.397)	5.355

15.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora				Valor líquido em 31/12/2022
	em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Baixas (Nota 15.2.1)	
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.197		(8)	(2.170)	19
Máquinas e equipamentos	1.918		(59)	(1.740)	119
Móveis e utensílios	344		(9)	(279)	56
Total do imobilizado em serviço	4.459	-	(76)	(4.189)	194
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	288	1.091	(111)		1.268
Veículos	326		(84)		242
Total Ativos de direito de uso	614	1.091	(195)	-	1.510
Imobilizado em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	24				24
Máquinas e equipamentos	22				22
Total do imobilizado em curso	46	-	-	-	46
Total do imobilizado	5.119	1.091	(271)	(4.189)	1.750

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado								
											Encargos	31/12/2023		Total	Encargos	31/12/2022		Total	
												Principal	Não Principal			Principal	Não Principal		
																			Circulante
EDP - Energias do Brasil S.A.	EDP Trading	90.000	02/10/2020	90.000	02/10/2020 a 01/10/2024	Contratos de Mútuo		100,3% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		29.722	90.000		119.722		15.711		90.000	105.711
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	23.207	200.000		223.207	21.211			200.000	221.211
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa de EDP Energias do Brasil.	5.802	50.000		55.802	2.175		50.000		52.175
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. a partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa de EDP Energias do Brasil.	4.147	250.000		254.147	4.728		250.000		254.728
BNDES / Nº 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP -Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2025, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022 , após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	263	11.068	61.521	72.852					-
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação			(378)	(2.031)	(2.409)					-
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.				5.825			50.000		55.825
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	439	25.000		25.439					-
Total											63.580	625.690	59.490	748.760	33.939	15.711	300.000	340.000	689.650

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$631.447 (R\$583.939 em 31 de dezembro de 2022).

19.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado							Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária	
Circulante								
Principal	300.000	25.000	(53.029)		354.023		74	626.068
Juros	33.939		(76.103)	79.497	26.247			63.580
Custo de transação	-	(426)			(154)			(378)
	333.939	24.574	(129.132)	79.497	380.116	202	74	689.270
Não circulante								
Principal	340.000	75.000			(354.023)		544	61.521
Juros	15.711			10.536	(26.247)			-
Custo de transação	-	(2.185)			154			(2.031)
	355.711	72.815	-	10.536	(380.116)		544	59.490
19.3 Vencimento das parcelas								
Controladora e Consolidado								Nacional
Vencimento								
Circulante								
2024								689.270
								689.270
Não circulante								
2025								7.097
2026								6.823
2027								6.570
2028								6.332
2029 até 2033								27.809
2034 até 2035								4.859
								59.490
Total								748.760

20 Provisões

	Controladora e Consolidado							
	Controladora				Consolidado			
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões cíveis, fiscais e outros	1.177	1.178			6	191	3.130	1.868
Licenças ambientais			2.770	3.449	905			
Total	1.177	1.178	2.770	3.449	4.035	1.868		
As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.								
20.1 Provisões cíveis, fiscais e outros								
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.								
20.1.1 Risco de perda provável								
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:								
	Controladora							
	Passivo				Ativo			
	Baixas				Depósito Judicial			
	Saldo em				Atualização	Saldo em		
	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	monetária	31/12/2023	31/12/2022	
	Nota							
Cíveis		-	436	(401)	4	39		
Fiscais	20.1.1.1	853	1.960	(2.147)	(95)	242	813	371
Outros		325	100	(100)		325		
Total Não circulante		1.178	2.496	(2.648)	(95)	246	1.177	371
Consolidado								
	Passivo				Ativo			
	Baixas				Depósito Judicial			
	Saldo em				Atualização	Saldo em		
	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	monetária	31/12/2023	31/12/2022	
	Nota							
Trabalhistas		232	(36)	(11)		503	15	
Cíveis	20.1.1.2	689	1.486	(565)	168	1.778	1.305	497
Fiscais	20.1.1.1	853	1.980	(2.147)	(95)	244	835	371
Outros		326	100	(100)		326		
Total Não circulante		1.868	3.798	(2.848)	(106)	418	3.130	1.676
								868

O valor total referente as garantias de provisões prováveis em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$86 (R\$173 em 31 de dezembro de 2022).

20.1.1.1 Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$717 (R\$671 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito. Processos judiciais entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança do ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$96 (R\$183 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da quitação de parte do valor. Atualmente, os processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

20.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul para a construção da linha de transmissão.

20.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Controladora				Consolidado			
				Ativo				Ativo	
		Controladora		Depósito Judicial		Consolidado		Depósito Judicial	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas						591	503	15	
Cíveis	20.1.2.1	58.449	49.970	10.422	9.793	58.449	49.970	15.872	9.793
Fiscais	20.1.2.2	9.906	42.150	53	49	10.147	42.539	53	49
Total		68.355	92.120	10.475	9.842	69.187	93.012	15.940	9.842

O valor total referente as garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$1.336 (R\$1.201 31 de dezembro de 2022)

20.1.2.1 Cíveis

- A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 000449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interps recursos de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$36.784 (R\$31.814 em 31 de dezembro de 2022) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15.872 (R\$9.793 em 31 de dezembro de 2022).
- Processo nº 20000-84.2013.4.01.3400 - Ação Ordinária proposta no ano de 2013 pela ABRACEEL, representando todas as suas associadas, em face da União, objetivando a nulidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013, tornando inválida a referida resolução na parte que inclui os agentes de comercialização, representados pela autora, nos rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS). A ABRACEEL obteve a liminar para suspender os efeitos. Em 2014 foi proferida sentença favorável, afastando a aplicabilidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013 em relação às empresas representadas pela ABRACEEL. Em 2º grau houve decisão favorável à ABRACEEL e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela União. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.491 (R\$4.689 em 31 de dezembro de 2022).

O valor total referente as garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$1.336 (R\$1.201 em 31 de dezembro de 2022).

20.1.2.1 Cíveis

A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$36.784 (R\$31.814 em 31 de dezembro de 2022) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15.872 (R\$9.793 em 31 de dezembro de 2022). Processo nº 20000-84.2013.4.01.3400 - Ação Ordinária proposta no ano de 2013 pela ABRACEEL, representando todas as suas associadas, em face da União, objetivando a nulidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013, tornando inválida a referida resolução na parte que inclui os agentes de comercialização, representados pela autora, nos rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS). A ABRACEEL obteve a liminar para suspender os efeitos. Em 2014 foi proferida sentença favorável, afastando a aplicabilidade dos arts 2º e 3º do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013 em relação às empresas representadas pela ABRACEEL. Em 2º grau houve decisão favorável à ABRACEEL e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela União. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.491 (R\$4.689 em 31 de dezembro de 2022).

20.1.2.2 Fiscais

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.620 (R\$13.327 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento. Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$3.950 em 31 de dezembro de 2023 (R\$26

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia e suas Controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Comercialização de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 10).

Transmissão

As receitas das Controladas representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de -23,72% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 0,33% na EDP Transmissão Norte sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas Controladas levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Controladas e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que as controladas estão autorizadas a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 218% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 5% na EDP Transmissão Norte.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão das Controladas representam 13,65% a.a. na EDP Transmissão Litoral Sul e 7,45% a.a. na EDP Transmissão Norte para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das Controladas, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Energia de curto prazo	22.1	10.443	14.431	10.443	14.431
Comercialização de energia elétrica	22.3	3.488.390	3.734.599	3.488.390	3.734.599
Receita de construção	13			340.557	193.081
Atualização dos Ativos da concessão	13			73.895	45.537
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	13			27.107	14.450
Compromissos futuros			19.199		19.199
Parcela Variável - IPCA	11.2			14.165	27.788
Outras receitas operacionais	22.2	1.906	20.461	1.906	(44)
Receita operacional bruta		3.500.739	3.788.690	3.956.463	4.049.041
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS		(146.282)	(141.236)	(146.282)	(141.236)
PIS/COFINS		(307.548)	(332.419)	(323.886)	(341.956)
ISS			(291)		(291)
		(453.830)	(473.946)	(470.168)	(483.483)
Encargos do consumidor					
P&D				(616)	(324)
Outros encargos				(222)	(38)
		-	-	(838)	(362)
		(453.830)	(473.946)	(471.006)	(483.845)
Receitas		3.046.909	3.314.744	3.485.457	3.565.196

22.1 Energia de curto prazo

A redução de energia de curto prazo decorre de uma melhora no cenário hídrico, reduzindo o PLD médio para próximo ao mínimo valor anual e consequentemente a volatilidade, diminuindo o número de operações no mercado e sua receita.

22.2 Outras Receitas

A variação do saldo de outras receitas refere-se, substancialmente, ao recebimento de seguro em maio de 2022 decorrente do cancelamento de contrato com Brasil Comercializadora ocorrido em 2021.

22.3 Comercialização de energia elétrica

A redução dos contratos de comercialização de energia decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares baixos durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no SIN e níveis de reservatórios elevados.

23 Custo de construção da infraestrutura da concessão das Controladas

		Consolidado	
	Nota	2023	2022
Terrenos		4.343	10.154
Edificações, obras civis e benfeitorias			17.677
Máquinas e equipamentos		280.981	131.946
Móveis e utensílios			102
Adiantamento a fornecedores		12.403	35.398
Gastos ambientais		5.299	1.935
Outros		12.760	18.202
	13	315.786	215.414

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas Controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das Controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora						
		2023						
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	2.828.473						2.828.473
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	51.985						51.985
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		5.602			6.244		11.846
Material			15			69		84
Serviços de terceiros	24.3		587	129		4.419		5.135
Depreciação - Imobilizado em serviço			(54)			31		(23)
Depreciação - Ativos de direito de uso						192		192
Amortização			16			1.667		1.683
PECLD / perdas líquidas					158			158
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			2.401					2.401
Arrendamentos e aluguéis			97			299		396
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(1.232)	(1.232)
Outras		1.715	374			458		2.547
Total		2.882.173	9.038	129	158	13.379	(1.232)	2.903.645

		Controladora					
		2022					
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais		
		Com energia	De	Prestado a	Com	Gerais e	
	Nota	elétrica	operação	terceiros	vendas	administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	3.163.350					3.163.350
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		8.671			5.030	13.701
Material			27			81	108
Serviços de terceiros	24.3		1.547	245		4.847	6.639
Depreciação - Imobilizado em serviço			722			32	754
Depreciação - Ativos de direito de uso						167	167
Amortização			495			1.762	2.257
PECLD / perdas líquidas					162		162
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							281
Arrendamentos e aluguéis			163			309	472
Outras		1.984	607			818	3.409
Total		3.165.334	12.232	245	162	13.046	281
							3.191.300

		Consolidado					
		2023					
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	2.828.473					2.828.473
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	51.985					51.985
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		6.392			8.504	14.896
Material			188			327	515
Serviços de terceiros	24.3		2.842	129		6.662	9.633
Depreciação - Imobilizado em serviço			(52)			31	(21)
Depreciação - Ativos de direito de uso						1.103	1.103
Amortização			26			4.331	4.357
PECLD / perdas líquidas					158		158
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			2.401				2.666
Arrendamentos e aluguéis			374			353	727
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(2.147)
Custo com construção da infraestrutura	23			315.786			(2.147)
Outras		1.715	713			975	3.231.786
Total		2.882.173	12.884	315.915	158	22.286 (1.882)	3.231.534

		Consolidado						2022
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	3.163.350						3.163.350
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		10.786			6.192		16.978
Material			51			286		337
Serviços de terceiros	24.3		3.230	245		6.286		9.761
Depreciação - Imobilizado em serviço			722			32		754
Depreciação - Ativos de direito de uso						158		158
Amortização			495			3.093		3.588
PECLD / perdas líquidas					162			162
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							294	294
Arrendamentos e aluguéis			190			345		535
Custo com construção da infraestrutura	23			215.414				215.414
Outras		1.984	857			1.311		4.152
Total		3.165.334	16.331	215.659	162	17.703	294	3.415.483

24.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Controladora e Consolidado	
	Nota	2023	2022
Energia de curto prazo	17	10.523	5.557
Encargo de Energia de Reserva - EER		405	335
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			119
Contratos de comercialização de energia	22.3	3.104.728	3.476.690
Outros		1.118	3.137
(-) Créditos de PIS/COFINS		(288.301)	(322.488)
		2.828.473	3.163.350

24.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal				
Remuneração	5.287	7.105	7.057	8.051
Encargos	1.824	2.305	2.439	2.707
Previdência privada - Corrente	215	182	251	216
Programa de demissão voluntária		9		16
Despesas rescisórias	126	481	181	1.067
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	987	1.253	1.168	1.899
Outros benefícios - Corrente	1.423	2.031	1.798	2.365
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(13)	17	(12)	18
Outros	116	206	168	239
	9.965	13.589	13.050	16.578
Administradores				
Honorários e encargos	1.793	532	1.749	633
Benefícios dos administradores	88	(420)	97	(233)
	1.881	112	1.846	400
	11.846	13.701	14.896	16.978

24.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de consultoria	484	1.276	1.124	1.923
Serviços comerciais			30	
Serviços de manutenção	24	184	997	332
Serviços de informática	1.582	694	1.900	712
Serviços de publicação e publicidade	210	222	405	397
Serviços de telecomunicações	60	175	397	628
Serviços de transporte	41	138	367	326
Serviços Compartilhados	2.262	3.311	3.567	4.441
Outros	472	639	1.116	1.002
	5.135	6.639	9.633	9.761

25 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções		7.405	7.361	9.490	8.769
Energia vendida		47	126	47	126
Depósitos judiciais		637	710	1.894	1.416
Contratos de mútuo		410	960		
Juros e multa sobre tributos	7	4.188	5.484	4.192	5.495
Outros juros e variações monetárias				1.058	
(-) Juros capitalizados					(259)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(997)	(813)	(1.004)	(862)
Outras receitas financeiras		453	886	504	888
		12.143	14.714	16.181	15.573
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	19.2	(90.853)	(89.027)	(90.902)	(89.150)
(-) Juros capitalizados					343
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	7	(4)		(8)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	(246)	(56)	(419)	(173)
Arrendamentos e aluguéis		(199)	(156)	(308)	(172)
Outros juros e variações monetárias				(1.526)	(173)
Outras despesas financeiras		(332)	(724)	(390)	(732)
		(91.634)	(89.963)	(93.552)	(90.057)
Total		(79.491)	(75.249)	(77.371)	(74.484)

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Controladora				Consolidado						
			Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil				
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			
Passivos Financeiros													
Valor justo por meio do resultado													
No reconhecimento inicial ou subsequentemente													
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10 e 28.1.1.1	Nível 2	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	
			1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	
Custo amortizado													
Fornecedores	17	Nível 2	246.004	256.606	246.004	256.606	260.320	273.777	260.320	273.777			
Empréstimos e financiamentos	19												
Moeda nacional		Nível 2	626.961	584.555	629.038	583.939	626.961	584.555	629.038	583.939			
Contratos de mútuo		Nível 2	119.722	105.711	119.722	105.711	119.722	105.711	119.722	105.711			
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	1.428	1.022	1.428	1.222	1.701	1.319	1.701	1.519			
Arrendamentos e alugueis		Nível 2	1.866	1.022	1.888	959	2.080	1.191	2.104	1.150			
Licenças ambientais	20.2	Nível 2					2.812	3.494	3.675	3.449			
			995.981	948.916	998.080	948.437	1.013.596	970.047	1.016.560	969.545			
			2.511.846	2.850.865	2.513.945	2.850.386	2.529.461	2.871.996	2.532.425	2.871.494			
Total													
28.1.1.1 Contrato de compromisso futuro													
Em 2023, a Companhia alterou a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).													
28.1.1.2 Ativos financeiros													
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas Controladas avaliaram os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.													
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:													
• Custo amortizado													
Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.													
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)													
Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.													
• Valor justo por meio do resultado (VJR)													
Se a Companhia e suas Controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas Controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.													
28.1.1.3 Passivos financeiros													
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.													
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.													
A Companhia e suas Controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.													
28.1.2 Valor justo													
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.													
Para apuração do valor justo, a Companhia e suas Controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das Controladas e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.													
As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas Controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.													
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e alugueis diferem do seu valor contábil.													
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:													
(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;													
(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e													
(iii) Arrendamentos e alugueis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.													
28.1.2.1 Mensuração a valor justo													
A hierarquia dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e das Controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:													
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;													
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e													
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.													
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.													
28.1.3 Instrumentos financeiros derivativos													
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.													
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.													
As operações com derivativos na Companhia refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. As Controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.													
28.2 Gestão de riscos													
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).													
Alinda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.													
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.													
O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP – Energias de Portugal S.A).													
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.													
28.2.1 Risco de mercado													
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentadas na nota 19, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao IPCA e ao CDI.													
Adicionalmente, a Companhia decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 10). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.													
Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.													
28.2.1.1 Análise de sensibilidade													
A Companhia e suas Controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.													
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas Controladas em função da variação de cada risco destacado.													
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.													
Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-	704	170	336		(

...continuação

Operação	Risco	Controladora				Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)					
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.993	335		335	83	165		(83)		165		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	37.165	334		334	79	155		(80)		(163)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.745	35		35	8	16		(8)		(16)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	43.903	704	-									

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/22	31/12/2023	31/12/22
Total dos empréstimos	748.760	689.650	748.760	689.650
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46.034)	(104.415)	(56.220)	(111.421)
(-) Cauções	(1.743)		(1.746)	(3)
Dívida líquida	700.983	585.235	690.794	578.226
Total do Patrimônio Líquido	498.845	389.018	498.845	389.018
Total do capital	1.199.828	974.253	1.189.639	967.244
Índice de alavancagem financeira - %	58%	60%	58%	60%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

29.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023					
		Controladora					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	18	13.242	(13.098)			35.234	35.378
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	689.650	(31.743)	618		90.235	748.760
Arrendamentos e aluguéis	11	959	(361)		199	1.091	1.888
		703.851	(45.202)	618	199	126.560	786.026

	2022				
	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	14.244	(14.244)		13.242	13.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	658.301	(57.678)		89.027	689.650
Arrendamentos e aluguéis	1.948	(332)	156	(813)	959
	674.493	(72.254)	156	101.456	703.851

	Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Efeito não caixa				
			Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	3					3
		3	-	-	-	-	3

Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	13.242	(13.098)			35.234
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	689.650	(31.743)	618		90.235
Arrendamentos e alugueis	11	1.150	(1.341)		308	1.987
		704.042	(46.182)	618	308	127.456

Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		704.039	(46.182)	618	308	127.456
						786.239

	Nota	Consolidado				
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
				Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	3		-	3
		-	3	-	-	3

Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		14.244	(14.244)			13.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		658.301	(57.678)			89.027
Arrendamentos e alugueis		2.046	(529)		172	(539)
		674.591	(72.451)	172	101.730	704.042

Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		674.591	(72.454)	172	101.730	704.039
---	--	---------	----------	-----	---------	---------

29.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de dividendos e JSCP a receber	1.452			
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	72.792	13.242	72.792	13.242
Capitalização de juros de empréstimos ao ativos da concessão			180	572
Capitalização nos Ativos da concessão relativo a contingências			1.366	359
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão			32.000	133.000
Aumento de capital com integralização de AFAC			1.091	1.103
Constituição de arrendamentos e alugueis no Imobilizado			75.335	107.441
Total			13.242	147.656

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas Controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2023				
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Obrigações de compra			548.834	1.510.764	2.059.598
Compra de Energia (*)			309	76	9.284
Materiais e serviços	4.539	4.360			9.111
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	28.627	10.869	7.955	11.178	58.629
	33.166	15.229	557.098	1.522.018	1.879.371

	31/12/2022				
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	390				390
Obrigações de compra			548.834	1.510.764	2.059.598
Compra de Energia (*)				250	175
Encargos de conexão e Transporte de Energia	94	156		84	149.772
Materiais e serviços	139.603	9.548	537		357.219
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	28.627	10.869	7.955	11.178	58.629
	168.714	20.573	557.326	1.522.026	2.268.639

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferrei Conselheiro	Miguel Andrade dos Santos Fonseca Conselheiro
---	--	--	--	--	--

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Andre Renno Oliveira Costa Diretor	Júlio César de Andrade Diretor
---	---------------------------------------	-----------------------------------

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 1SP328362/O-5
---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

	31/12/2023				
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Obrigações de compra			355.422	2.802.289	3.157.711
Compra de Energia (*)			376	106	9.518
Encargos de conexão e Transporte de Energia	4.402	4.634			9.242
Materiais e serviços	30.281	11.767	10.021	16.849	68.918
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	34.683	16.401	365.819	2.819.244	3.236.147

	31/12/2022				
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	378				378
Obrigações de compra			355.422	2.802.289	3.157.711
Compra de Energia (*)					259
Encargos de conexão e Transporte de Energia	91	168			170
Materiais e serviços	135.381	10.157	648	117	146.303
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	30.281	11.767	10.021	16.849	68.918
	166.131	22.092	366.091	2.819.255	3.373.569

(*) Em relação a compra de energia da Companhia, os compromissos de até quatro anos estão reconhecidos na nota 10.

30.2 Garantias

Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
	Modalidade	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Seguro de vida	Aval de acionista	5.382	5.549	5.382
Executante construtor	Seguro garantia			23.369
		5.382	5.549	64.144

Os valores em garantias de Empréstimos e financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 17) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

31 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

31.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das Controladas e da unidade de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

31.1.1 Demonstração do Resultado

	2023				2022			
	Comercia-lização	Trans-missão	Elimi-nação	Total	Comercia-lização	Trans-missão	Elimi-nação	Total
Receitas	3.046.909	438.548	-	3.485.457	3.314.744	250.676	(224)	3.565.196

Custo da produção e do serviço de energia elétrica	(2.882.173)			(2.882.173)	(3.165.334)			(3.165.334)
Custo do serviço de energia elétrica		(315.786)		(315.786)		(4.323)		(4.323)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(9.038)	(3.846)		(12.884)	(12.232)		224	(12.008)
Custo de operação	(129)			(129)	(245)	(215.414)		(215.659)
Custo do serviço prestado a terceiros	(2.891.340)	(319.632)	-	(3.210.972)	(3.177.611)	(219.737)	224	(3.397.324)
	155.569	118.916	-	274.485	136.933	30.939	-	167.872

Lucro bruto	(158)			(158)	(162)			(162)
Despesas e Receitas operacionais	(13.379)	(6.247)	(2.660)	(22.286)	(13.046)	(3.326)	(1.331)	(17.703)
Despesas com vendas	1.232	650		1.882	(281)	(13)		(294)
Despesas gerais e administrativas	(12.305)	(5.597)	(2.660)	(20.562)	(13.489)	(3.339)	(1.331)	(18.159)
Outras Despesas e Receitas operacionais	98.330		(98.330)		18.621		(18.621)	
	241.594	113.319	(100.990)	253.923	142.065	27.600	(19.952)	149.713

Resultado das participações societárias	(98.330)	(98.330)		18.621	(18.621)		
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	241.594	113.319	(100.990)	253.923	142.065	27.600	149.713
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	12.143	4.448	(410)	16.181	14.714	1.819	15.573
Despesas financeiras	(91.634)	(2.328)	410	(93.552)	(89.963)	(1.054)	960